

DEST  
19/2/99  
287 A-2

WASHINGTON NOVAES

## Uma crise amazônica

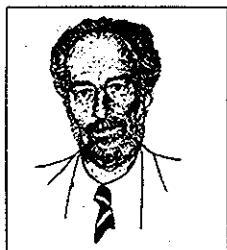
**P**ela enésima vez se anunciou o desmatamento na Amazônia. Depois de haver chegado a 29 mil km<sup>2</sup> em 1994/95, o desmatamento, que baixara para 18,1 mil km<sup>2</sup> e 13,2 mil km<sup>2</sup> nas duas temporadas seguintes, voltou a crescer em 1997/98 para 16,8 mil km<sup>2</sup> (mais 27%), segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. O total dos desmatamentos desde 1988 chega a 532 mil km<sup>2</sup> (cerca de 13,7% do total).

Algumas instituições acham que pode haver subestimativa, pois só foram consideradas áreas onde houve derrubada para estabelecimento de agricultura ou devastação irregular – sem levar em conta queimadas, exploração seletiva de madeira (sem remover toda a vegetação), áreas do Amapá e parte de Roraima, não abrangidas pelo levantamento, e as áreas inferiores a 6,25 hectares, não identificadas pelo satélite Landsat.

O Ministério do Meio Ambiente diz que não sabe as causas do aumento – ou se os métodos de apuração melhoraram. Admite que a reforma agrária pode ser uma das razões, mas adverte que o desmatamento nas médias e grandes propriedades, para implantação de projetos agropecuários, cresceu muito, associado com a exploração madeireira. Já a remoção de vegetação nas áreas até 50 hectares se deu sobretudo nas frentes novas.

Pela enésima vez se anuncia que a fiscalização vai aumentar. Ao mesmo tempo, o Ministério voltou a proibir novos desmatamentos.

É sempre assim. Na última vez em que o avanço do desmatamento assustou, aumentouse a área de reserva legal na região (de 50% para 80%), proibiram-se novos desmatamentos, anunciou-se a revisão dos planos de manejo, etc., etc. Depois de alguma melhora, voltou-se ao status quo ante. E nada indi-



**Juntando a seca, as inundações e os problemas econômicos, ela pode ser insuportável**

ca que possa haver, de fato, uma reversão de rumos, enquanto não se conceber e executar uma política capaz, ao mesmo tempo, de atingir os objetivos conservacionistas e as necessidades das populações da área – que passaram de 2,56 milhões em 1960 para 11,29 milhões em 1996 (mais 341%). Ao lado de grupos econômicos e com respaldo dos políticos (que quem seus votos), essas populações pressionam por formatos expansionistas de atividades econômicas, com frequência incompatíveis com a manutenção da floresta.

A atitude oficial oscila entre a previsão de abertura de novas frentes agropecuárias pela finada Secretaria de Assuntos Estratégicos (anunciada pelos jornais), concorrendo para o desmatamento, e os projetos de utilização da biodiversidade e criação de corredores ecológicos, que pressupõem sua conservação, mas enfrentam a crônica falta de recursos. No meio, correm frouxos os projetos de reforma agrária, que, valendo-se da concordância prazerosa dos donos de terras na região e do apoio discreto dos ruralistas de outras áreas, respondem por mais de 50% do desmatamento, segundo o relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados (mais de 88% das terras destinadas à reforma agrária no período analisado, até final de 1997, estavam na Amazônia). Relatório, na verdade, sepultado por uma conjunção de interesses entre o governo federal e os movimentos que pressionam pela reforma agrária – apesar das reiteradas tentativas de seu relator, deputado Gilney Viana, de promover um debate público sobre a questão.

Nada se fez. E, como sempre, com colonos deixados à própria sorte nos assentamentos – sem crédito, assistência técnica nem infra-estrutura social e econômica –, a reforma agrária, além das derrubadas

nos assentamentos, acaba provocando o chamado desmatamento itinerante: o colono chama a madeireira para derrubar, planta pasto, vende-o ou o arrenda a um vizinho e sai em busca de novo lote, onde repetirá o processo.

A fiscalização na área, seja do Ibama ou da Funai, quando funciona, tem de enfrentar a resistência política. E muitas vezes não funciona, dada a clara influência de quem pode na nomeação de apaniguados. Para completar, baixam-se medidas provisórias que, a pretexto de melhor definir áreas de Cerrado na região, permitem a reposição de áreas desmatadas em outros locais que não a área indevidamente ocupada – concorrendo para o desmatamento. E ameniza-se a Lei de Crimes Ambientais.

E assim provavelmente continuará, enquanto o País não for capaz de conceber um modelo de desenvolvimento de fato – e não na retórica – sustentável, fundado em suas especificidades e potencialidades tropicais. Não a mera concessão de incentivos fiscais, seja para o avanço da agropecuária, seja para indústrias importadoras/montadoras.

Para agravar o quadro nesta hora, está-se permitindo um perigoso e inquietante agravamento de conflitos com os índios em áreas fundamentais para a biodiversidade, onde a presença deles tem sido decisiva para a conservação – basta olhar no mapa. Por um lado, depois de demarcar suas reservas, pretende-se, na prática, obrigá-los a se aculturar (que outra chance lhes deixam?), inventando um projeto de auto-sustentabilidade das áreas indígenas fundado em nossos padrões culturais e econômicos, não nos deles. Por outro lado, alimentam-se conflitos negociando, nas votações no Congresso, com parlamentares contrários à demarcação e defensores de grupos que indevidamente ocuparam porções do território indígena demarcado. (A propósito, vale a pena ler o recém-lançado livro *O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito*, em que o procurador Carlos Frederico Marés de Souza Filho mostra, à exaustão, o

processo de anulação dos direitos desses povos e a simultânea construção de novos direitos, para os recém-chegados. Mostra, principalmente, a imensa dificuldade do nosso sistema legal de lidar com direitos coletivos, não fundados na propriedade individual – abrindo caminho para a violência e o extermínio.)

Nesse quadro, a preocupação só pode crescer. Pesquisadores alertam para a possibilidade de os incêndios em Roraima este ano serem ainda mais graves que no ano passado. Outros mostram que também aumenta a ameaça de incêndios no chamado “arco de desmatamento”, que vai do Pará a Roraima, onde se intensificou a chamada extração seletiva da madeira, que deixa em seu rastro restos de vegetação e massa seca, abrindo caminho para a entrada do fogo por baixo.

A Agenda 21 da Amazônia, que tantas esperanças despertou ao ser formulada – já que, modestamente, partia das perguntas corretas e da tentativa de somar forças na área –, ao que parece, pouco avançou. Provavelmente, por falta de recursos ou de decisão política, se não de ambos. A nova formulação da Agenda 21 em seis áreas, inclusive na de recursos naturais, que o ministério está levando à frente, embora desperte novas esperanças, está ainda muito no começo, sem tempo para resultados imediatos na Amazônia, como a gravidade da situação impõe.

Convém lembrar, aí, que a mais forte queda de aprovação presidencial, no primeiro semestre do ano passado, ocorreu exatamente com a junção de desastres “naturais”: incêndios em Roraima, seca no Nordeste, inundações no Sudeste-Sul. E o termo “vagabundos”.

A seca prossigue, até mais forte em alguns pontos. As inundações estão de volta, mais intensas até em muitos lugares. E a elas veio somar-se a crise econômica, atingindo até mesmo os aposentados, aos quais se somam agora os do serviço público. Uma crise amazônica pode ser insuportável.